



A Santa Sé

DISCURSO DO SANTO PADRE À NOVA EMBAIXADORA DA NOVA ZELÂNDIA JUNTO À SANTA SÉ

25 de Maio de 2000

Excelência

É com prazer que lhe dou as boas-vindas no início da sua missão como Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da Nova Zelândia junto da Santa Sé. Ao receber as suas Cartas Credenciais, faço extensivas as minhas saudações ao Governador-Geral, Sua Excelência o Senhor Michael Hardie Boys, e à Primeira-Ministra, a ilustríssima Senhora Dona Helen Clark. Peço que lhes transmita, bem como ao povo da Nova Zelândia, os meus bons votos e a certeza das minhas preces pela harmonia e a prosperidade da nação.

Estou-lhe grato pelas suas palavras de apreço em relação à actividade diplomática da Santa Sé, mediante a qual ela consegue ser uma parceira activa dos povos do mundo, enquanto estes lutam por uma vida e um trabalho plenamente humanos, em vista do seu próprio desenvolvimento e do progresso dos outros. Vossa Excelência afirmou que a paz, a justiça e o respeito pelos direitos humanos são importantes para o seu país, e estes valores e objectivos são também fulcrais para aquilo que Vossa Excelência definiu como a singular perspectiva da Santa Sé perante as questões internacionais.

A actividade da Santa Sé no foro mundial deriva da perspectiva que é o resultado de uma visão específica da pessoa humana, e da convicção de que quando esta visão é ameaçada ou abandonada, debilita-se o próprio fundamento da sociedade humana. Trata-se de uma perspectiva assente no respeito pela dignidade inalienável de cada ser humano, uma dignidade intrínseca à própria vida, que não é dada nem concedida por qualquer indivíduo, grupo ou Estado. É uma visão que exige a perfeição da liberdade, mas de uma liberdade vinculada à verdade de

modo especial, à verdade acerca da pessoa humana, a única que garante uma base sólida para a actividade política e diplomática construtiva. Em toda a parte, mesmo num país como o seu, a liberdade é uma conquista frágil; e o século passado ensinou-nos como é fácil que a liberdade se debilite, quando é negada a verdade da pessoa humana.

As falsidades mais destruidoras acerca da pessoa humana, a que o século XX deu origem, derivavam de pontos de vista materialistas do mundo e da própria pessoa. Pode ser que os sistemas totalitários tenham desaparecido, mas entretanto emergiram novas formas de materialismo, talvez menos ideologicamente orientados e menos espectaculares nas suas manifestações, e contudo arrasadores no seu efeito sobre as pessoas e o tecido da sociedade.

Estamos rapidamente a tomar consciência de como é vital respeitar a ecologia da natureza, se não quisermos causar sérios prejuízos ao mundo que as gerações futuras hão-de herdar de nós. Ainda mais urgente, embora mais difícil, é a necessidade de aprender a respeitar a ecologia do mundo humano, com a qual me refiro à própria pessoa humana e às suas implicações sociais. A acção da Santa Sé no campo internacional flui da sua convicção de que determinados elementos fundamentais desta ecologia humana devem absolutamente ser compreendidos e salvaguardados.

Um destes elementos é a família, a célula básica da sociedade e o indicador mais seguro da saúde e da estabilidade de uma nação. As tentativas de definir a família como algo diferente da solene união perpétua entre um homem e uma mulher, em vista da procriação e da educação dos próprios filhos, estão destinadas a demonstrar-se destruidoras. Esta reivindicação não é um problema de apego a um modelo cultural do passado, que se rejeita a encarar os factos, mas precisamente o reconhecimento de uma verdade fundamental: a família é a célula básica da sociedade humana não só porque é nesse contexto que nasce a vida do homem, mas porque é ali que os filhos aprendem melhor as disposições e as habilidades de que têm necessidade para crescer como seres humanos sazoados, capazes de contribuir para a vida comum e o bem da sociedade. É na família que eles aprendem da melhor forma a verdade daquilo que significa ser uma pessoa dotada de inteligência e vontade, chamada à liberdade e à responsabilidade, desafiada por direitos e deveres. Os factos sugerem uma lógica que é clarividente e infalível: quando as famílias são débeis, significa que a sociedade é incapaz de tutelar os seus membros, especialmente os jovens, na edificação do bem comum. Os indivíduos e até mesmo as estruturas sociais são depauperados por formas de egoísmo e de escapismo, que deixam pouco espaço ao compromisso, ao amor abnegado e à solidariedade para com os membros mais frágeis da sociedade.

Outro elemento-chave da ecologia humana é a inviolabilidade da vida do homem, de modo especial no seu início e no seu termo. A Santa Sé proclama com insistência o facto de que o direito humano primordial e mais fundamental de todos é o direito à vida, e quando este é espezinhado, todos os outros são ameaçados. A presunção de que o aborto e a autanásia são

direitos humanos merecedores de uma sanção legislativa é considerada pela Santa Sé como uma contradição que corresponde à negação da dignidade e liberdade humanas, as quais deveriam ser tuteladas pela lei.

A sociedade será julgada com base no modo de tratar os seus membros mais frágeis; e entre os mais vulneráveis, contam-se naturalmente os nascituros e os moribundos. Um ponto de vista materialista da pessoa humana atribuirá pouco valor e dignidade a ambos. Desta forma, o que é decantado como uma vitória dos direitos humanos, na realidade é a sanção de uma liberdade separada da verdade. Em última análise, esta não é de modo algum uma liberdade, mas uma decadência na arbitrariedade e no domínio dos fortes sobre o fracos. Por conseguinte, a Santa Sé formula votos por que as comunidades políticas e diplomáticas reflectam profundamente sobre os enormes desafios que acompanham o início do novo milénio: o desafio de assegurar um novo florescimento do espírito humano, mediado através de uma autêntica cultura da liberdade, da esperança e da confiança (cf. *Discurso na 50ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 5 de Outubro de 1995, n. 16*).

Excelência, no momento em que assume o seu lugar na comunidade dos diplomatas acreditados junto da Santa Sé, asseguro-lhe a pronta colaboração dos vários departamentos e agências da Cúria Romana. A sua missão sirva para fortalecer os vínculos de amizade e de cooperação já existentes entre o seu Governo e a Santa Sé. Sobre Vossa Excelência e os seus compatriotas neozelandeses, invoco as abundantes bênçãos do Onnipotente.